

Economia e escravaria na Cidade do Príncipe¹

Ariane de Medeiros Pereira²

Resumo:

A segunda metade do século XIX viria demonstrar um novo cenário econômico para o Brasil. O sul do Império despontava enquanto nova promessa de desenvolvimento econômico. Em extremo oposto encontrava-se o norte com uma economia deficitária. O nosso artigo se propõe a discutir a reordenação econômica que a Cidade do Príncipe (atual Caicó-RN) empreendeu para se manter com um mercado atuante na economia nacional. Mesmo enfrentando os problemas da seca e da redução da mão de obra escrava, tanto pela venda dos cativos no tráfico interprovincial quanto pela liberdade advinda da ação abolicionista e da liberdade conquistada nos bancos da justiça. Para concretizar nossos objetivos, utilizamos dos relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, documentos judiciais da Comarca do Príncipe e Censo de 1872. Por fim, cruzamos os dados empíricos – quantitativos e qualitativos – com os atuais debates historiográficos sobre o tema.

Palavras-chave:

Cidade do Príncipe.
Economia.
Escravidão.
Espaço.

1 Este texto é resultado das discussões efetivadas no âmbito do mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), nos anos de 2012 a 2014. A Cidade do Príncipe refere-se à atual cidade de Caicó, no estado do Rio Grande do Norte. A Cidade do Príncipe foi elevada a essa categoria em 1868; anteriormente, desde 1788, era denominada Vila do Príncipe. Em 1890, passou a Cidade do Seridó e, em 7 de julho de 1890, tornou-se Cidade do Caicó. Ver: MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 1998. p. 64.

2 Mestre em História pela UFRN.

A vida e o universo confundem-se com a própria essência do tempo. O tempo que, por sua vez, é sem começo nem fim, sem essência, sem natureza ou desnatura, até mesmo sem medida. A vida é como o tempo. O tempo que não se percebe, o tempo que nunca foi nem será. O tempo que simplesmente é. Eternamente, é.

Augusto Branco

Pensar a questão espacial perpassa pelos mais variados símbolos que a compõem e recompõem. Nessa dialética, entendemos o espaço com um conjunto de objetos naturais e artificiais que foram gestados pela ação do homem ao longo do tempo.³

O homem utilizando de sua experiência vai imprimindo suas marcas no espaço conforme as necessidades produtivas que vão sendo gestadas. Nesse itinerário, compreendemos que o espaço é configurado e reconfigurado em suas múltiplas variáveis, no qual o espaço social e o espaço geográfico estão intimamente interligados, dadas as relações urdidas no tempo e no espaço por meio de formas e ações.

Os meios pelos quais o homem modifica o espaço também devem ser historicizados, pois estes variam no tempo. Assim, a técnica é o principal elemento que é utilizado para a produção de um dado espaço. Ela é o conjunto de instrumentos que o homem utiliza para agir sobre os elementos da natureza para atingir um “novo” ambiente social.⁴

A produção do espaço em nossa pesquisa torna-se deveras importante no momento em que, a partir dela, podemos problematizar como foi produzida e reproduzida a espacialidade da Vila e depois Cidade do Príncipe, no século XIX, no tocante à sua geografia e economia. Ademais, estamos em um espaço com características específicas, dentre as quais, podemos citar o clima semiárido,⁵ com períodos prolongados de estiagens e o fator de desestabilidade econômica, a seca. Desse modo, a espacialidade do Príncipe é entendida na interação entre o meio natural e a ação efetiva do homem que transforma o espaço.⁶

3 SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 4ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 122.

4 SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 51.

5 A este respeito consulte-se o sítio do Instituto Nacional do Semiárido (INSA). Disponível em: http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=93. Acesso: 10 jul. 2014.

6 SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. p. 161.

34 O ato de delimitar a espacialidade do Príncipe

A nomeação de um espaço requer que se preste atenção na arena de poder que o constituirá e em suas características sociais. Nessa lógica que foi plasmada os primeiros registros do que seria a territorialização do Seridó e por consequência do Príncipe, ocorreram pela delimitação das ribeiras as quais representavam os meios de sobrevivência nesse espaço semiárido e a fixação das atividades econômicas. Anos mais tarde, a delimitação se efetuará por meio das freguesias e sua ação espiritual.⁷ Nos anos subsequentes, seria elevada à categoria de Vila com seu território eleito pela conjuntura administrativa, política, social e econômica. Fronteiras essas que não raras vezes foram litigiosas, dados aos interesses e poderes econômicos.⁸

Adentramos o século XIX. Passados três séculos desde o povoamento dos sertões semiáridos do Príncipe, a delimitação espacial ainda não havia sido definida. Uma das razões que podemos distender sobre esse impasse provinha do fato de que, a Província do Rio Grande do Norte, até 1818, era subordinada juridicamente da Província da Paraíba,⁹ e como tal, essa última província alegava que a espacialidade do Príncipe a pertencia. Situação esta que somente se resolveria quando o discurso político regionalista ganhasse força durante o Império, ou seja, quando o padre Francisco de Brito Guerra, vigário do Príncipe, assumisse, em 1831 e 1833, a legislatura, como deputado geral e senador vitalício do Império em 1837.¹⁰ A questão é que Brito Guerra, utilizando de seu poder político e recorrendo ao discurso do lucro obtido com o dízimo do gado efetuado pelo Príncipe, sanou de uma vez por todas com as desavenças entre as províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte. Ficando o território do Príncipe pertencente ao Rio Grande do Norte.

Definido o território, isso significava também, demarcar os lugares de ações que seriam moldadas pelos atores sociais com suas estratégias e meios de sobrevivência, além de determinar um discurso de legitimidade quanto à questão do pertencimento e da identidade. Assim, o espaço do Príncipe tanto seria remodelado segundo as ações físicas empregadas no território, quanto pelo meio da visibilidade com o discurso regionalista.

O Príncipe seria novamente re-delimitado, mas agora por meio de suas fronteiras internas, não mais por existir contestação quanto aos seus limites fronteiriços com a Paraíba, em razão da ação da Comarca do Príncipe que foi criada na segunda metade do século XIX.¹¹ Como podemos verificar no mapa da referida Comarca a seguir:

7 A delimitação por meio da freguesia diz respeito à ação da paróquia que, nesse caso, tem uma função de administração civil.

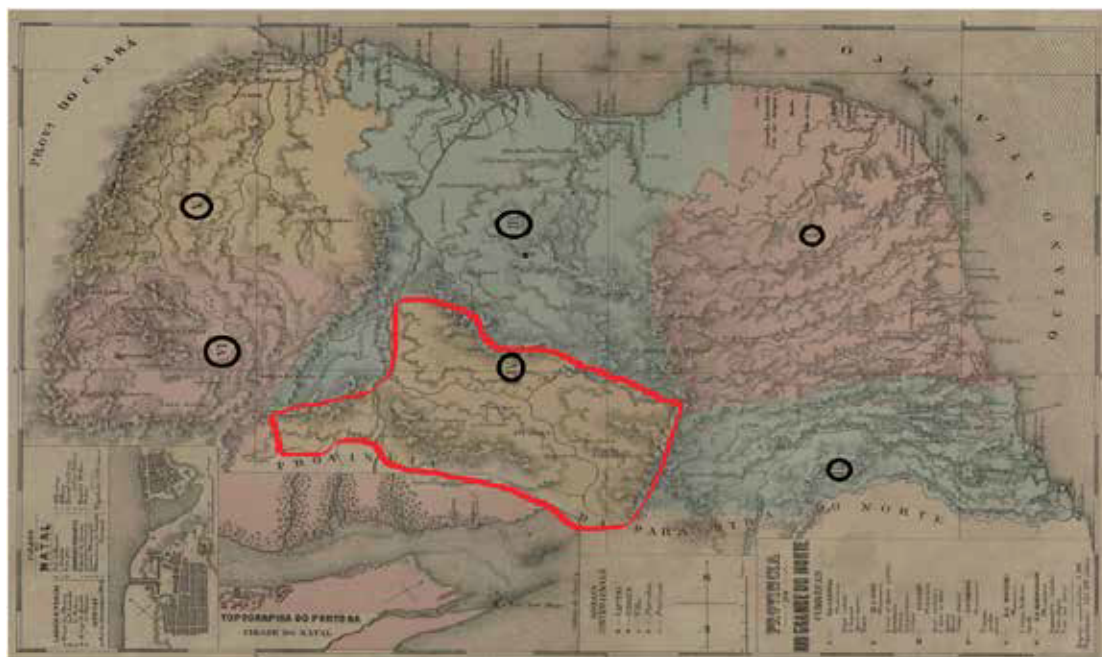
8 MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó*. p. 104.

9 MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe - 1850/1890 sertão do Seridó - um estudo de caso da pobreza*. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985. p. 13.

10 MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó*. p. 66.

11 Eduardo Gosson (1998) afirma que a Comarca do Seridó havia sido criada em 19 de julho de 1856, pela Lei Provincial 365 e que abrangia os municípios da Vila do Príncipe e Acari, ver: GOSSON, Eduardo Antonio. *Sociedade e Justiça: história do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998. p. 141. No entanto, o estudioso Câmara Cascudo, salienta que a dita Comarca foi criada em 1858, ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed.

Figura 1 - Seridó no mapa da Província do Rio Grande do Norte (1872)



Fonte: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>. Acesso em: 26 ago. 2014.

Legenda: segundo as Comarcas da Província do Rio Grande do Norte.

I - Da Capital

II - De São José

III - Do Assú

IV - DO Seridó

V - Do Mossoró

VI - Da Maioridade

Nota: a área delimitada em cor vermelha foi grifada pela autora, para destacar a ação da Comarca do Seridó. A legenda e os círculos foram feitos pela autora, para destacar as demais Comarcas da Província do Rio Grande do Norte.

Por meio do mapa anterior, podemos perceber que a ação da Comarca do Príncipe ou como era conhecida nos primórdios, Comarca do Seridó, estendia sua ação da Vila do Príncipe à Vila do Acary,¹² criada em 1835.¹³ Sendo que sua sede ficava na Vila do Príncipe, dado seu desenvolvimento econômico em face da pecuária.

Rio de Janeiro:Ministério da Educação e Cultura, 1995. p. 296. Seguindo o pensamento de Cascudo, Tavares de Lyra diz que a Comarca de Caicó foi criada pela Lei Provincial n. 365, de 19 de julho de 1858. Seu nome primitivo era Comarca do Príncipe, ver: LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008. p. 374.

12 Primeiramente, optamos por delimitar o Seridó segundo as configurações da ação da Comarca do Príncipe. Nas discussões que forem consideradas as fontes jurídicas, permaneceremos delimitando a região segundo a abrangência da ação Comarca do Príncipe ou, como aparece na documentação, Comarca do Seridó. Nesse sentido, as fronteiras espaciais se tornam fluídas, pois consideram o poder da ação da comarca que não raro superpõem os limites geográficos. Ver: MACHADO, Ironita Policarpo. *Algumas considerações sobre a pesquisa histórica com fontes judiciais*. Métis: história & cultura. V.12, n. 23. 2013. p. 15 - 31. Disponível em: http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1730/pdf_139. Acesso: Out. 2013.; BARROS, José D'Assunção. *História, região e espacialidade*. Revista de História Regional. 2005. p. 95-129.

13 A Vila do Acary foi criada pela Lei Provincial n.º 16, de 18 de março de 1835. A Vila do Acary que era sede do município foi elevada à categoria de Cidade por Lei Estadual em 15 de agosto de 1898, ver:

Quando se discute uma espacialidade a partir de uma determinada jurisdição, as delimitações espaciais se tornam fluídas. No caso da Comarca do Príncipe, estaremos a trabalhar com fronteiras alargadas, com base na abrangência da ação da Comarca e, portanto, consideraremos os limites institucionais que a documentação engloba. A delimitação territorial, nesse sentido, é dotada por significados atravessados por regiões, que são constituídas por várias delimitações superpostas e conexas.¹⁴

Ao considerar que o ato de delimitar significa, também, uma ação por meio do poder, analisamos que a Vila do Príncipe, em conjunto com a Vila do Acari, eram as extensões de poder que delineavam as fronteiras espaciais do Seridó por meio da Comarca do Príncipe e da economia pecuarista.

A economia do Príncipe

Os sertões do Seridó tiveram seu povoamento animado em decorrência da pecuária. Considerando que esta necessitava de pasto para ser produzida e como o litoral com a atividade canavieira impossibilitava uma maior fixação da pecuária, esta foi sendo “empurrada” para o semiárido.

A pecuária foi uma atividade presente em todo o desenvolvimento econômico da Vila/Cidade do Príncipe, mesmo que em alguns períodos esta tenha tido sua produção reduzida. Sua representatividade é tamanha que Capistrano de Abreu chegou a caracterizá-la como a “civilização do couro”, por se fazer presente desde o período colonial com predominância da cultura ligada ao criatório.¹⁵

As fazendas de gado no sertão do Príncipe adentraram o século XIX como principal fonte de renda, produtividade e principal atividade comercializável.¹⁶ O comércio de gado, a princípio, ficava diretamente ligado ao mercado interno e ao autoconsumo, ao passo que aquele foi proporcionando excedentes, essa área produtiva foi alargando suas fronteiras de comercialização para outras regiões limítrofes, dentre as quais, a Província da Paraíba e a Província do Pernambuco, com o comércio do gado “em pé”, sendo mercadoria de compra e venda e do comércio de sal.¹⁷

A região do Seridó e, por consequência, a Cidade do Príncipe, ainda na segunda metade do século XIX, apresentava seu protagonismo com as fazendas de gado e sua produção. Como podemos verificar nos dados expostos, na tabela a seguir, pelo Presidente da Província do Rio Grande do Norte, o senhor Pedro Leão Veloso no de 1862:

LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. p. 367.

14 MACHADO, Ironita Policarpo. *Algumas considerações sobre a pesquisa histórica com fontes judiciais*. p. 22.

15 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial e Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1982.

16 PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na Comarca do Príncipe - Província do Rio Grande do Norte (1870/1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRN, Natal, 2014. p. 17.

17 MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000. p. 82.

Tabela 1 - Fazendas de gados existentes na Província do Rio Grande do Norte em 1862

Comarcas	Números das fazendas	Produção anual/arrobas
Natal	172	2,35
S. José	263	8,720
Assú	408	9,94
Mossoró	305	11,800
Seridó	622	16,500
Maioridade	243	10,320
Soma	2.043	59,630

Fonte: Relatório de Presidente Província - Pedro Leão Veloso-, 1862. p. 14. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/851/000016.html>. Acesso em: 15 mai.2014.

Com base nos dados da tabela anterior, é perceptível a representatividade da produção do gado para a Província do Rio Grande do Norte e para sua economia sendo responsável por mais da metade do lucro obtido pela província, pois detinha uma produção anual de 59.630 arrobas, ou seja, 894.45 quilos de carne comercializável, tanto no mercado interno quanto em “gado em pé” para as demais províncias. Nesse cenário de produção, o Seridó apresenta 622 fazendas de gado, sendo responsável por 16.500 arrobas, o que corresponde à maior produtividade da província. Fato é que, mais uma vez, esses dados atestam a dinamicidade do Seridó com a produção bovina. Se considerarmos que Assú detinha 408 fazendas, era de se supor que tivesse uma produção maior que Mossoró, que tinha 305 fazendas. Contudo, não é o que ocorre: Assú possuía uma produção anual de 9,94 arrobas, enquanto que Mossoró efetivava 11,800 arrobas anuais. Logo, o número de fazendas não representava uma maior produção, isso ocorreria, provavelmente, em razão da importância destinada à atividade pecuarista em cada localidade e sua estrutura de posse.

A pecuária na Cidade do Príncipe nos remete a pensar na questão da mão de obra empregada em seu trato. Se fossemos pensar segundo a historiografia tradicional,¹⁸ tenderíamos a arrazoar que os braços empregados com a pecuária ocorreriam por meio do trabalho livre, uma falsa questão, como vem sendo discutida pelos estudos que tem como objetivo as regiões do semiárido.¹⁹

Seguindo a linha interpretativa de que o trabalho escravo é compatível com a pecuária, deparamo-nos com o estudo de Luciano Lima, para a região de Campina Grande, na Paraíba,²⁰ no qual discute que o trabalho escravo foi realizado nessa

18 Um dos primeiros trabalhos que se deteve a importância da pecuária e seus desdobramentos nos sertões foi o estudioso Capistrano de Abreu (2000). Posteriormente essa ideia foi retomada por Nelson Werneck Sodré e revisitada por Manoel Correia de Andrade, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.; ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. Recife: EDUFPE, 1998.

19 Para uma discussão mais densa sobre a compatibilidade do trabalho escravo e o criatório de gado, ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia*. Estudos Sociedade e Agricultura. 1997.;

FALCI, Miedan Britto Knox. A escravidão nas áreas pecuaristas do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.; MOTT, Luís. *Fazendas de Gado do Piauí (1697-1762)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, 1976.

20 Região limítrofe da Cidade do Príncipe. Campina Grande, no ano de 1788, recebeu a denominação de Vila Nova da Rainha, criada ao mesmo tempo que, a Vila do Príncipe (atual Caicó/RN).

província na segunda metade do século XIX em toda sua complexidade, fosse sendo executado com criatório de gado e seus encargos, no cultivo de alimentos ou na produção de algodão. Lima atestou que os proprietários possuíam poucos escravos em torno de dez por escravaria e estes eram empregados no trato do criatório e nas atividades relacionadas, como construção de cercas e cercados.²¹

Semelhante a esse perfil, atestamos a mesma conjuntura para as escravarias da Cidade do Príncipe, na qual o número de escravos não era elevado. Os proprietários possuíam em torno de um a três escravos para o trabalho laboral. Os senhores mais abastados tinham, em média, de 5 a 15 cativos.²² De maneira geral, os cativos estavam destinados a todas as tarefas das fazendas, desde o trato com o gado, passando pela criação de animais pequenos, como por exemplo, galinhas e bodes, ao cultivo de gêneros alimentícios e à fabricação de artefatos domésticos.

Reafirmando essas constatações, Versiani e Vergolino verificaram que na Província do Pernambuco o trabalho escravo era compatível com a criação de gado e que os cativos estavam envolvidos no trabalho com a criação bovina de forma intensiva, de maneira que não existia nenhuma novidade no fato das escravarias de regiões semiáridas serem a força motriz do trato com o gado.²³

Mesmo com a criação de gado sendo elemento dinamizador da economia da Cidade do Príncipe e tendo uma mão de obra sólida para seu trato, considerando que não demandava grande número de braços, a pecuária não estava isenta de fatores que vieram a desestabilizar esta produção. O relatório anual do presidente da Província do Rio Grande do Norte, no ano de 1862, Pedro Leão Veloso, foi revelador de fatores que atravancavam a dinamicidade da pecuária, dentre os quais, a inconstância e inclemência das estações, as secas repetidas, a degeneração das raças, entre outros, os maus-tratos destinados aos bovinos. O ponto é que, pelo relato do dito presidente, o mesmo acusava os proprietários de descaso com a atividade pecuarista, pois medidas simples como o plantio de árvores e a construção de açudes poderiam diminuir os feitos nocivos à criação.²⁴

O tom utilizado pelo presidente Pedro Leão Veloso era um tanto quanto provocador, pois, considerava deliberadamente que a culpa pelo atraso na manutenção e melhoramento da pecuária advinha da negligência efetuada pelos proprietários. Poderíamos pensar, por meio de uma leitura preliminar, que o citado presidente teria razão, pois seriam medidas simples efetuadas pelos donos do criatório, que viriam a mitigar os efeitos retroativos da produção. Entretanto, a questão vai além de uma simples medida: o que podemos analisar é que os proprietários da Cidade do Príncipe, tendo sua economia proveniente do gado para seu consumo e para o mercado interno não teriam verba suficiente para uma ampliação em seu criatório.

21 LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da "Rainha da Borborema": uma história social da escravidão em Campina Grande (século XIX)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 21.

22 MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe - 1850/1890 sertão do Seridó - um estudo de caso da pobreza*. p. 116.

23 VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777 - 1887*. v. 33, n. 33. São Paulo: Estudos Econômicos. 2003. p. 387.

24 Cf. Relatório de Presidente Província - Pedro Leão Veloso-, 1862. p. 13. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/851/000015.html>. Acesso em: 15 maio 2014.

Além do mais, nos anos finais do século XIX, a política imperial não tinha uma preocupação efetiva com as províncias do norte e muito menos com as regiões semiáridas que possuíam uma economia destinada ao mercado interno. O couro somente esporadicamente era destinado ao mercado internacional, no entanto, sem grande representatividade para a economia imperial.²⁵

Havia também interesse por parte das políticas imperiais em destinar verbas - créditos - para as lavouras de café do sul, que despontavam, nesse período, com um mercado promissor, ao contrário das províncias do norte que entraram com sua economia em recessão.²⁶ Os fazendeiros da Cidade do Príncipe pouco podiam fazer diante do cenário econômico e da falta de crédito para o desenvolvimento da pecuária.

A seca era outro fator que contribuía para a desagregação do criatório, tanto pela venda como solução para evitar a perda total quanto pela mortandade de animais que, sem ter o que comer e beber, tinham apenas o triste destino a morte. O comércio do gado se fragilizava independente do estágio de crescimento em que se encontrava o plantel de gado. Foi nesse cenário de desolação que a Cidade do Príncipe presenciou o resurgimento²⁷ de uma nova cultura, o algodão, que viria a manter o dito espaço no contexto econômico da Província do Rio Grande do Norte.

A Província do Rio Grande do Norte aderiu à reorientação econômica que aconteceu no Brasil no século XIX e diversificou-se em suas atividades econômicas.²⁸ Dado a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1860-1864), o Rio Grande do Norte viu o seu cultivo algodoeiro se expandir para o mercado externo, para suprir a falta do fornecedor estadunidense.²⁹

Nessa conjuntura em que o algodão despontou na Cidade do Príncipe, principalmente a partir dos anos de 1870,³⁰ como um meio de manter a dita região no cenário econômico, considerando que sua produção pecuarista havia tido uma baixa em razão das mortes e vendas ocasionadas pela seca (falta de alimento para o gado e pouco recurso financeiro para a compra de suprimento para o rebanho).

O algodão “mocó” ou, como era conhecido, “algodão Seridó”, era considerado com um dos melhores algodões da Província do Rio Grande do Norte, em razão de sua fibra longa, bem aceita no mercado internacional para a produção de tecidos finos, principalmente para a Inglaterra. A sua fibra proporcionava maior velocidade

25 PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na Comarca do Príncipe - Província do Rio Grande do Norte (1870/1888)*. p. 36-37.

26 MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império (1871/1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 100-102.

27 Falo em resurgimento porque o algodão já estava presente nos anos de 1840 no Príncipe, mesmo com uma produção voltada ao mercado interno. Sua produção ganhou visibilidade no mercado externo após os anos de 1870.

28 O eixo econômico dinâmico que se instalou no Brasil no século XIX colocava o sul como promessa de desenvolvimento, tanto pelas atividades agroexportadoras advindas do café e, depois, as industriais que se instalaram na região de São Paulo.

29 MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª Ed. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2005. p. 173.

30 O algodão já estava presente no Príncipe desde os anos de 1844/45, mas se consolidou nos anos de 1870, ver: PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na Comarca do Príncipe - Província do Rio Grande do Norte (1870/1888)*. p. 44.

às máquinas e, conseqüentemente, maior produtividade, pois era difícil que se rompessem. Além do mais, o algodão “mocó” era mais resistente a pragas e tinha maior longevidade podendo estender sua vida por oito anos.³¹

O plantio do algodão era feito de forma rudimentar arregimentando tanto os braços escravos quanto os livres, tendo em vista que o algodão dependia de mais mão de obra que o trato com o gado. O processo produtivo algodoeiro consistia na limpa, preparação do terreno e plantio. Feito isso, era esperar o nascimento e momento da apanha dos capulhos de algodão. Em seguida, colocava-se ao sol para secar, depois se conduzia ao beneficiamento e por fim, aos portos para a exportação.³²

Mesmo apresentando esse simples processo de produção, foi notório, no relatório do presidente de Província do Rio Grande do Norte, no ano de 1862, a reclamação dos produtores quanto ao baixo nível tecnológico do cultivo do algodão.³³ As reclamações do presidente Pedro Leão Veloso (1862) foram constantes, contudo, parecem não ter surtido efeito, pois, o presidente Luiz Barbosa da Silva, no ano de 1867, continuou insistindo na falta de técnica que melhorasse o beneficiamento do algodão e, por consequência, o aumento da produtividade.³⁴ As mesmas reclamações persistiram anos a fio. No ano de 1876, o presidente Antonio dos Passos Miranda afirmava veementemente que a baixa da produtividade do algodão advinha da falta de interesse do governo imperial, que não acudia os produtores com políticas de créditos efetivas.³⁵

Interessante analisar as falas do presidente da Província do Rio Grande do Norte. Em um primeiro momento, é evidente que os tais presidentes estavam preocupados em colocar a falta de produtividade e de tecnologia na produção algodoeira como responsabilidade de uma negligência do governo imperial com uma política de crédito. Mas, a questão nos leva a pensar por outros vieses. Primeiramente, temos que pensar porque estes presidentes não estavam conseguindo políticas de créditos para o Rio Grande do Norte. Conjecturamos que, talvez, uma das razões era que os representantes nortistas no governo imperial não tivessem força suficiente para conseguir políticas de créditos que favorecessem sua lavoura ou a produção algodoeira que, mesmo destinada ao mercado externo, não representava uma economia significativa face ao Império. Além do mais, a falta de conhecimento, por parte dos presidentes da Província do Rio Grande do Norte,³⁶ em relação ao cultivo e produção do algodão, dificultava que estes exigissem uma política efetiva ao governo imperial.

31 CLEMENTINO, Maria do Livramento. *O maquinista do algodão e o capital comercial*. Natal: Editora Universitária, UFRN, 1986. p. 31-32.

32 LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”*. p. 244.

33 Relatório de Presidente de Província - Pedro Leão Velloso -, 1862. p. 12 -13. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/851/000014.html>. Acesso em: 25 mai.2014.

34 Relatório de Presidente de Província - Luiz Barbosa da Silva-, 1867. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u690/>. Acesso em: 25 mai. 2014.

35 Relatório de Presidente de Província - Antonio dos Passos Miranda-, 1876. p. 31. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/861/000033.html>. Acesso em: 25 mai. 2014.

36 A Província do Rio Grande do Norte teve em seu quadro de governo, em um ano, dois presidentes. Para visualizar a cronologia dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, ver: LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. p. 341 - 347.

Os nossos representantes ficavam no impasse sobre qual medida seria mais eficaz para solucionar o problema da lavoura nortista.³⁷

Mesmo em meio às adversidades da produtividade, o algodão, na Cidade do Príncipe, progrediu e, nesse caso, coube aos proprietários investirem em maquinários para o beneficiamento do algodão.³⁸ Surgiram na citada cidade novos instrumentos de trabalhos e novas técnicas de produção.³⁹ Esse fato decorre também, como bem salienta o presidente da Província, Antonio Passos Miranda, o ano de 1876, que a lavoura possuía como sustentáculo de produtividade a mão de obra escrava e como esta havia sido reduzida em grande parte pelas liberdades conquistadas, a produção agrícola encontrava-se prejudicada.⁴⁰ Isso significava os novos tempos que vivia o sistema escravista após o ano de 1870.⁴¹ Nesse contexto, os proprietários passaram arremeter força de trabalho dos homens livres para o desenvolvimento da atividade algodoeira. Foram surgindo a figura do meeiro, pessoa que poderia ser paga por meio de um terço, um quarto ou mesmo a “meia” da produção. O pagamento ficava a critério do meio que havia sido estabelecido com o trabalhador e o proprietário.⁴² Havia também outras formas de trabalho livre, como os “moradores de condições”, que tinham sua produção para si, mas destinavam um dia de trabalho para o dono da terra.⁴³

O algodão, além de enfrentar todos os problemas de investimentos, tecnológicos e de mão de obra, ainda encarou, como a pecuária, o problema da seca que desestabilizava seu cultivo e, por consequência, sua produção. A seca é um ponto crucial para se entender a organização social e econômica da Cidade do Príncipe.

A seca, economia e escravaria na Cidade do Príncipe

A seca é um elemento que desestabiliza a economia das regiões semiáridas nas mais diversas temporalidades. A Cidade do Príncipe, nas últimas décadas do século XIX, sofreu com sua economia sendo fragilizada pelas recidivas secas.

Nesse cenário de desolação causado pela seca, os proprietários passavam a vender seus bens, desde terras até suas escravarias. Eram situações limites a que chegavam os senhores, em que, não existindo outra forma de capitalização, passavam a se desfazer do que detinham.

37 MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império (1871/1889)*. p. 103.

38 Situação semelhante aconteceu em Pernambuco e na Bahia, nas quais os proprietários optaram por tentar modernizar sua produção com seus próprios recursos, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império (1871/1889)*. p. 178-179.

39 LOPES, Michele Soares. *Escravidão na Vila do Príncipe, Província do Rio Grande do Norte (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado - PPGH - UFRN, Natal, 2011. p. 51.

40 Relatório de Presidente de Província - Antonio dos Passos Miranda-, 1876. p. 32. Disponível em: <http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/861/000033.html>. Acesso em: 25 maio 2014.

41 Posteriormente, iremos analisar e discutir as formas pelas quais os cativos, após o ano de 1870, recorrerem à justiça em busca de sua liberdade.

42 CLEMENTINO, Maria do Livramento. *O maquinista do algodão e o capital comercial*. p. 35.

43 CLEMENTINO, Maria do Livramento. *O maquinista do algodão e o capital comercial*. p. 72-75.

Era ano de 1879, na Cidade do Jardim, Termo da Comarca do Príncipe, quando Manoel Marcílio do Nascimento Guarita, impelido pela descapitalização que o assolava, recorreu ao Juiz de órfãos daquela Jurisdição, por meio de um pedido de licença de venda, para que fosse comercializada sua propriedade localizada no sítio Lajes.⁴⁴ A dita propriedade constava de uma casa de taipa,⁴⁵ terras e benfeitorias - pelo documento não podemos precisar quais eram as benfeitorias, mas podemos pensar em cercas para a criação do gado e pequenos reservatórios de água. A questão é que o dito sítio havia sido deixado como herança, no entanto, não tinha ocorrido o inventário, daí a justificativa para o pedido de venda. O justificante afirmava que não tinha condições financeiras para a realização do dito inventário e pedia prontamente a venda do bem herdado, pois era o único elemento de rápida monetarização para que viesse socorrer o próprio e seus filhos menores da fome, em razão da seca de 1879.

O Juiz de Órfãos da Comarca do Príncipe, sensibilizado pelo drama que enfrentava essa família e por saber dos males que atingiam a população do sertão, flagelada com a seca, opinou por ser favorável à venda da propriedade do senhor Manoel Marcílio do Nascimento Guarita, alegando que o sítio era uma propriedade de pouca importância para uma petição destinada ao júri.

A menção do Juiz de Órfãos do Termo do Príncipe, a ser uma propriedade de “pouca importância na forma da petição do jury”, remete-nos a uma análise mais efetiva: para a Justiça, a propriedade era sem importância e que, portanto, poderia ser vendida mesmo sem o inventário, já que não existiam outros herdeiros reclamando sua posse. No entanto, para o proprietário, o referido sítio Lajes representava todo o seu bem material e sua forma de sobrevivência - por meio da venda - e de sua família naquele momento de crise econômica.

Esse cenário de pobreza era agravado em razão da falta de investimento por parte do governo imperial com as áreas semiáridas, que, somado com a seca, desestabilizava a economia e a vida dos sertanejos, considerando que não foram raras as vezes que os moradores, seus agregados e animais da Cidade do Príncipe tiveram que se deslocar para regiões úmidas, como o vale do Assú e as serras, em busca de água fugindo dos efeitos castigante da seca.

Por meio da documentação judicial rastreada em nossa pesquisa entre os anos de 1870 a 1880, pudemos encontrar 17 pedidos de vendas de escravos à Justiça do Termo do Príncipe.⁴⁶ Encontramos um pedido de venda para o ano de 1874, seis pedidos para o ano de 1877, cinco licenças de venda para o ano de 1878, quatro pedidos de venda para o ano de 1879 e um pedido de venda para o ano de 1880. O que isso significa é que os pedidos de venda se intensificaram entre os anos de 1877

44 LABORDOC/PD/CJ/LV/Cx: 437- 1879.

45 Taipa significa uma técnica construtiva vernacular à base de argila (barro) e cascalho para a constituição de paredes. No caso, a casa de taipa é formada de paredes de barros sustentada por finas madeiras, mais conhecidas como varas.

46 Os pedidos de venda encontram-se nas caixas de documentação 437, 444 e 167 no Laboratório de Documentação Histórica - LABORDOC - do Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES - localizado no município de Caicó/RN.

a 1879, isso, talvez porque foi nesse período que a Cidade do Príncipe passou por duas grandes secas 1877/1979.⁴⁷

Entendemos que os senhores recorriam à comercialização de seus escravos em momentos de extrema pobreza e falta de outro bem que viesse ser remetido ao comércio, pois, em uma região de poucos escravos, a venda poderia significar para o senhor a perda de sua única mão de obra escrava para a realização das atividades produtivas. Mas, poderia ser a melhor decisão tomada em momentos de crise climática, pois os senhores, naquele dado momento, não tinham condições de plantar ou criar. O meio viável era a venda, por significar uma forma de capitalização e diminuição de bocas para alimentar, vestir e uma forma de desonerar os cativos que se encontravam ociosos.

Outra questão que se configurou nos pedidos de venda da Comarca do Príncipe foi que os cativos eram bens de herança – pertencentes, não raras vezes, a incapazes, por serem menores, ou seja, os bens estavam sob tutelas – e como tal, tinham de ser judicializados para que a venda fosse efetivada. Para conseguir a venda dos cativos que estavam sob os cuidados do tutor, este recorria à justiça alegando os motivos para a venda e justificando que seu tutelado necessitava daquela renda para sobreviver, visto que não tinha outros bens que provesses suas necessidades básicas, como por exemplo, o alimento.

No dia 23 de abril de 1877, na Cidade do Jardim, Comarca do Príncipe, veio o senhor Clementino Luiz da Foncêca solicitar a venda da escrava Joaquina, pertencente à Luzia e Ignacia, ambas filhas do finado Manoel Nunes da Costa. O requerente, em razão da morte de Manoel Nunes, ficou sendo tutor de Ignacia e que, portanto, recorria à Justiça para que a citada escrava fosse vendida e sua tutelanda pudesse obter “recursos”, como podemos visualizar na solicitação de venda abaixo:

Diz Clemente Luiz da Foncêca, como tutor da menor Ignacia filha do finado Manoel Nunes da Costa, que tendo tocado de legitimo a sua tutelada, no inventario, que se proceder nos bens deixados por seu dito pai, uma parte na escrava Joaquina, e outra a sua irmã de nome Luzia, casada que é hoje com José Antonio Correia, e instando este para tirar o seu legitimo valor, contido na referida escrava, allegando grande necessidade, que tem de lançar mão deste recurso, de que ainda dispõe, e como o meio que tem o supp^e é vender essa mesma escrava, para fazer entrega da parte, pertencente a coherdeira Luzia, cujo marido figura neste juizo, e de quem já obteve despacho para ser posto em hasta publica a mencionada escrava, e vendo o supp^e que por este modo terá prejuízo a sua tutelada, entendendo q. por venda feita a particular comprador virá lucrar mais por isso vem respeitosamente impetrar de Vs^a uma benção para poder fazer a venda, e pedir a Vs^a que considere sem efeito o respeitavel despacho que já deo na petição do corhedero José Antonio Correia. O supp^e assevera a Vs^a que o resultado da dita venda será conservada, na parte pertencente a sua tutelada, ou empregado d´algum modo lucrativo.⁴⁸

47 Para visualizar os efeitos da seca nos de 1877/79, ver: MACIEL, Francisco Ramon de Mattos. “A produção do Flagelo”: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877 - 1903 - 1915). Dissertação (Mestrado em História) - UFRN, Natal, 2013.

48 LABORDOC/PD/CJ/LV/CX: 437-1877.

Ao fazer uma análise do documento acima, torna-se patente que o tutor de Ignacia lutava desesperadamente para que sua protegida obtivesse o maior lucro com a venda da escrava Joaquina, para tanto solicitava que o Juiz de Órfãos da Comarca do Príncipe permitisse que a venda fosse feita a um particular. Se considerarmos o ano da licença de venda, verificamos claramente que a região passava pelos efeitos da seca de 1877 e que conseqüentemente a venda dessa cativa poderia ser destinada a um particular de outra Província, já que possivelmente um senhor do Príncipe não desejaria comprar mais uma boca para alimentar em momento de tamanha crise financeira como era o caso do ano de 1877. Fato é que a escrava Joaquina poderia ser colocada no comércio destinado ao tráfico interprovincial e que, por meio de atravessadores, chegasse à região sul ou ficasse em províncias próximas à Província do Rio Grande do Norte, como era o caso da Bahia e de Sergipe, que comprava escravos provenientes do referido tráfico, pois sua economia era exportadora e demandava uma mão de obra significativa do ponto de vista numérico.⁴⁹

Desde o ano de 1850, havia uma prática de vender cativos entre as províncias. Esse fato é possível de verificação através das escrituras de compra e venda e de discutir os fluxos de escravos entre as províncias brasileiras.⁵⁰ O momento da venda de um escravo era um instante de tensão, visto a desvinculação das relações de solidariedade construídas e das experiências gestadas ao longo do cativeiro.⁵¹ No caso da escrava Joaquina, referenciada anteriormente, esta foi colocada em hasta pública para que todos soubessem de sua venda e do valor estipulado para que fosse dividido entre as herdeiras o pecúlio obtido. A fronteira de comercialização tinha sido estendida para além da Comarca do Príncipe. O desejo senhorial, nesse caso, sobrepunha-se à experiência escrava adquirida ao longo do dado cativeiro.

As vendas de escravos prosseguiram ao longo da década de 1870, como também, as solicitações de vendas ao Judiciário, em razão das normas estabelecidas definitivamente no ano de 1850, na qual havia maior fiscalização para saber se o escravo provinha ou não do tráfico transatlântico, proibido em 1831.⁵² Os senhores tinham que demonstrar a procedência de seus cativos. A tabela a seguir demonstra a venda de cativos na Cidade do Príncipe na segunda metade do século XIX:

49 AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe* (Cotinguiba, 1860 - 1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. p. 60-61.

50 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 - 1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 142.

51 CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: companhia das letras, 1990. p. 43-53.

52 A primeira legislação que visava proibir o tráfico de africanos foi a Lei de 7 de novembro de 1831, que determinava que todos os escravos que entrassem no país estariam livres e que quem participasse do contrabando seria severamente punido. Ver: MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. Apresentação. In: _____. *Para inglês ver? Revisitando a Lei de 1831*. Dossiê Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, 2008. p. 87-90.

Tabela 2 - Vendas de escravos na Cidade do Príncipe 1850/1888

Período	Venda de escravos na Cidade do Príncipe
1850 a 1855	29
1856 a 1860	11
1861 a 1865	31
1866 a 1870	59
1871 a 1875	94
1876 a 1880	49
1881 a 1888	4
Total	277

Fonte: PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na Comarca do Príncipe - Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)*. p. 54.

Com base no exposto na tabela anterior, é notório que, a partir dos anos de 1870, houve uma inflexão no número de cativos. O ponto que nos encaminha a uma discussão mais efetiva diz respeito aos anos de 1876 a 1880 no qual existiu a venda de apenas 49 escravos em um universo de 1.900 cativos.⁵³ Assim, a seca não era somente a responsável pela diminuição da escravaria na Cidade do Príncipe. Nesse sentido, havia outros fatores que estavam sendo responsáveis pela baixa da escravaria da dita região.

Os efeitos do pensamento abolicionista na Cidade do Príncipe

A partir dos anos de 1870, o sistema escravista do Brasil passaria por uma política de cunho liberal⁵⁴ e pela ação efetiva dos abolicionistas na qual os cativos tiveram uma oportunidade maior de conquistar sua liberdade.⁵⁵ O ano de 1874 já apresentava mostra expressiva de pessoas livres nesse período. A população livre era de aproximadamente 8.220.620 indivíduos, enquanto a população de cativos era de 1.540.829 escravo.⁵⁶ Esses coeficientes apontam para a ação escrava em busca da liberdade em conjunto com os abolicionistas e os ideais liberais.

A partir da segunda metade do século XIX, o movimento abolicionista se intensificou na tentativa de conseguir alforriar mais escravos. A ação abolicionista

53 MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe - 1850/1890 sertão do Seridó - um estudo de caso da pobreza*. p. 137.

54 O parlamento entendeu que, na segunda metade do século XIX, no Brasil, a escravidão seria insustentável. Passou a agir para que a liberdade dos cativos viesse de forma lenta e gradual, criou-se o Fundo de Emancipação para que os senhores libertasse seus escravos e não saíssem no prejuízo. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império (1871/1889)*. p. 55-56.

55 CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 36-81.

56 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 - 1888*. p. 345.

viria a ser mais efetiva e ganharia respaldo nacional a partir da década de 1880⁵⁷ quando advogados como Joaquim Nabuco, Luís Gama e Rui Barbosa, conferiram ao movimento abolicionista um caráter de aspiração popular em diversas províncias. Podemos perceber claramente que esta aspiração abolicionista advinha de mentes que entraram em contato com o pensamento liberal consolidado desde a Revolução Francesa e que tinham uma educação formal.

A Província da Bahia apresentou suas primeiras manifestações de cunho abolicionista no ano de 1850 e contou principalmente com uma ação efetiva dos membros da Faculdade de Medicina, na qual foi instalada a Sociedade Abolicionista de 2 de Julho, responsável por libertar diversos escravos e sensibilizar a sociedade com o problema da escravidão.⁵⁸

O movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Norte foi adotado pelos homens que tinham um pensamento liberal e logo se espalhou pela Província adentro, ganhando membros abolicionistas nos sertões. Na Cidade do Príncipe, o pensamento e o movimento abolicionista nasceram bem antes dos anos de 1870, com fazendeiros, a exemplo, do senhor Clementino Monteiro de Faria, pai de Juvenal Lamartine, em conjunto com outros fazendeiros de grande prestígio de Serra Negra do Norte⁵⁹ como: José Evangelista de Medeiros, Antônio Gomes Monteiro, Major Manoel Álvares de Faria (todos pertencentes à família Lamartine, como assim, era conhecida na região do Seridó). A família Lamartine criou o “Clube Abolicionista” que tinha como presidente o senhor Clementino Monteiro de Faria.⁶⁰ A partir desse momento as ações se tornariam efetivas no Seridó.

A Província do Pernambuco já mantinha relações tanto econômicas quanto administrativas e sociais com a Província do Rio Grande do Norte que viria a ser um elo importante na ação abolicionista da Província e principalmente da região do Seridó – aqui entendida pela abrangência da ação da Comarca do Príncipe (ver Figura 1) – por meio da formação intelectual⁶¹ dos que encabeçariam o movimento nessa região. Recife era a sede da Faculdade de Direito, para onde foram destinados os filhos dos fazendeiros das ribeiras do Seridó. A dita Faculdade tinha como vanguarda ideias progressistas e teorias políticas sobre a transição do Império para um *status* de República. Debates estes que viriam a respingar no pensamento evolucionista e,

57 SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. O resgate da Lei de 7 de novembro de 1831 no contexto abolicionista baiano. In: *Dossiê Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes. 2007. p. 304.

58 SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. O resgate da Lei de 7 de novembro de 1831 no contexto abolicionista baiano. p. 307-308.

59 Serra Negra foi elevada à categoria de município no dia 3 de agosto de 1874. Seu nome está associado à primitiva vegetação ali existente e com a distância que ao longe se via de cor escura. Existe também a lenda alimentada por Juvenal Lamartine que essa nomenclatura advinha da morte de uma escrava de seu avô que havia sido devorada por uma onça quando apanhava lenha nas matas (ARAÚJO; MEDEIROS, 2002, p. 1-2).

60 ARAÚJO, Marta de. [et al]. *O educador e intelectual Norte-Rio-Grandense: Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956)*. 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0477.pdf>. Acesso: Set. 2014. p. 2.

61 Utilizamos do conceito de intelectuais nesse trabalho, segundo as concepções definidas por Marta Araújo e Cristiana Medeiros (2002) de que: “consideram-se, portanto, intelectuais, os sujeitos criadores, portadores e transmissores de idéias peculiares à sua época e a frente dela, politicamente engajados em torno da concretização daqueles ideais os quais defendem vigorosamente”, ver: ARAÚJO, Marta de. [et al]. *O educador e intelectual Norte-Rio-Grandense*. p. 1.

como tal, na crítica a monarquia e à escravidão.⁶² A Faculdade de Recife viria a ser crucial para o movimento abolicionista no Seridó e na ação de seus adeptos.

No interior da Província do Rio Grande do Norte, o movimento abolicionista ganhou impulso na região de Mossoró, cujo maior representante era o senhor Romualdo Lopes Galvão e sua esposa, Amélia Dantas de Souza. Juntos conseguiram a adesão de outros proprietários e populares e fundaram, em 6 de janeiro de 1883, a Libertadora Mossoroense. Essa associação tinha como objetivo libertar todos os cativos da cidade do Mossoró. A Libertadora ganhou tanta visibilidade perante a Província do Rio Grande do Norte que negros de outras regiões começaram a fugir para Mossoró em busca de refúgio e guarida. Fato é que estes cativos fugitivos encontravam apoio na associação, e esta, por sua vez, procurava comprar a alforria dos cativos foragidos ou então os abrigavam clandestinamente até enviá-los para o Ceará. Ainda no ano de 1883, Mossoró atestava ser o segundo município brasileiro⁶³ a libertar todos os seus escravos, servindo de modelos para outras localidades.⁶⁴

No Seridó, os clubes abolicionistas, a exemplo de Mossoró, criaram a Comissão Libertadora, que tinha como princípio a busca da liberdade para todos os cativos.⁶⁵ Entretanto, temos que deixar claro que estes clubes abolicionistas não conseguiram seu objetivo primordial: a libertação de todos os cativos da Comarca do Príncipe. Mas possuíram uma imprescindível ação na luta pela liberdade. Podemos perceber a luta abolicionista na população escrava do Príncipe com base nos dados a seguir:

Tabela 3 - População escrava existente na Província do Rio Grande do Norte e no Seridó - 1855/1888

Anos	Província Rio Grande do Norte	Seridó	%
1855	20.244	2.179	10,7
1872	13.484	2.624	19,4
1873	10.282	1.969	19,1
1881	9.367	1.905	20,3
1882	9.109	1.298	14,2
1883	8.807	1.160	13,1
1884	7.627	885	11,6
1887	2.161	-	-
1888	482	132	27,3

Fonte: PEREIRA, Ariane de Medeiros. Escravos em ação na Comarca do Príncipe - Província do Rio Grande do Norte (1870-1888). p. 50.

Com base nos dados expostos na tabela anterior, é indiscutível que, a partir dos anos de 1870, a escravaria, tanto do Rio Grande do Norte quanto da região do

62 MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó*. p. 117-121.

63 "O primeiro município brasileiro a libertar seus cativos antes da Lei Áurea foi Acarape, no Ceará, em 1 de janeiro de 1883", ver: BORGES, Cláudia Cristina do Lago. *Cativos do sertão: um estudo da escravidão no Seridó - Rio Grande do Norte -*. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mnome - Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), V.9.N.24,Set/Out. 2008. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mnome/anais. Acesso: Set.2014. p. s/n.

64 BORGES, Cláudia Cristina do Lago. *Cativos do sertão*. p. s/n.

65 Idem.

Seridó, passavam por um ponto de inflexão irreversível, ou seja, não existia mais um crescimento positivo no número de cativos. Ao contrário, estes foram cada vez mais reduzidos. Isso ocorria em face do movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Norte, no qual os intelectuais - sob o conceito que delimitamos neste trabalho - lutavam cada vez mais pelo fim do cativo. Era uma nova geração de bacharéis e magistrados descompromissados - como era o caso de Juvenal Lamartine para a região do Seridó - com a política escravista e monárquica, lutaram por um Brasil progressista e moderno.

A baixa na escravaria nessas últimas décadas de escravidão deve ser pensada e analisada pelo viés, também, da luta empreendida pelos escravos na busca por sua liberdade. A liberdade dos cativos por meios jurídicos viria de suas ações em conjunto com as posições dos magistrados que, juntos, potencializavam debates no âmbito social, jurídico e político do Brasil Imperial.

Considerações finais

Com base no que foi discutido nesse artigo, torna-se evidente que, nos anos finais do século XIX na Cidade do Príncipe, sua economia havia sido afetada em face dos efeitos da seca, mas conseguiu uma visibilidade de mercado com o cultivo do algodão que impulsionado pela Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América atingiu o mercado internacional, considerando que possuía uma fibra de boa qualidade, superior aos demais algodões produzidos no Império. A sociedade vivenciava os efeitos do pensamento liberal e da ação abolicionista, no qual havia uma notória baixa nas escravarias da Cidade do Príncipe, fosse advinda das liberdades conquistadas nos tribunais ou em face da seca, na qual os proprietários vendiam os escravos no momento de crise econômica e climática. Portanto, para a reorganização da produção econômica da Cidade do Príncipe, foram arregimentados os braços livres e cativos que ainda restavam para a produção algodoeira e pecuarista.